

HABEAS CORPUS Nº 567.807 - SP (2020/0072339-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : YOLANDA DE SALLES FREIRE CÉSAR - SP237194
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : N M M (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de N. M. M., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2024909-77.2020.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o Juízo singular aplicou ao paciente a medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado, pela prática de atos infracionais análogos ao crime previsto no art. 33 *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes), conforme a sentença de fls. 64/68.

Irresignada a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de Justiça estadual que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO PREVISTO NO ART 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. Execução de medida socioeducativa. Internação. Substituição para medida no meio aberto. Impossibilidade. Violação à Súmula 492 do STJ. Distância da moradia. Precedentes. Gravidade da conduta. Hipóteses de Ilegalidade ou abuso de poder não demonstradas. ORDEM DENEGADA" (fl. 93).

Na presente impetração, sustenta a Defensoria Pública que a manutenção da medida socioeducativa de internação não encontra amparo no art. 122 do ECA, apontando a excepcionalidade da medida extrema.

Assevera que, em caso de não haver vaga em unidade de internação próxima à residência do reeducando, deve ser aplicada medida em meio aberto, nos termos do art. 49, inc. II, da Lei n. 12.594/12 (SINASE), haja vista que deve ser observado o art. 35, IX, do mesmo diploma legal, que prevê o fortalecimento dos

Superior Tribunal de Justiça

vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo do infante (fl. 8).

Requer, desse modo, em sede liminar, que seja deferido ao menor aguardar em liberdade o julgamento do presente *mandamus* e, no mérito, seja concedida a ordem para cassar a decisão que determinou a internação do paciente, aplicando-lhe medida socioeducativa em meio aberto.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau, inclusive com senha de acesso aos autos na página eletrônica do Tribunal de origem.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator